

Termo de Referência (TR)

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE EDUCAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E DIGITAL (EDUCAÇÃO 4.0), CONTEMPLANDO MATERIAIS PEDAGÓGICOS, EQUIPAMENTOS DO AMBIENTE TECNOLÓGICO PARA AULAS TEÓRICAS E PRÁTICAS DOS ALUNOS, COM FORMAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA DE PROFESSORES, ACESSO À PLATAFORMA EDUCACIONAL DO PROJETO, SOFTWARE DE PROGRAMAÇÃO VISUAL E ASSESSORIA DE UMA FEIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A CULMINÂNCIA DO PROJETO, ALINHADO À BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E À POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL(PNED), UTILIZANDO METODOLOGIAS ATIVAS COMO EDUCAÇÃO MAKER E APRENDIZADO STEAM, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESTREITO-MA,** visando suprir alunos e professores da Rede Municipal com recursos atualizados, coerentes com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e capazes de promover a aprendizagem ativa, a cultura digital e o desenvolvimento de habilidades essenciais do século XXI.

A contratação compreende o fornecimento dos materiais em suas quantidades integrais, conforme especificações técnicas, níveis de ensino e modalidades aplicáveis, abrangendo desde os anos iniciais até os anos finais do Ensino Fundamental, permitindo a integração entre teoria e prática por meio de recursos didáticos impressos e soluções de robótica educacional adequadas às faixas etárias, aos conteúdos curriculares e à evolução pedagógica dos estudantes. Abrange, ainda, a entrega dos materiais diretamente nas unidades escolares indicadas pela Secretaria requisitante, observando-se os padrões de qualidade, durabilidade, coerência pedagógica e conformidade técnica indispensáveis ao adequado atendimento da política educacional municipal. O objeto ora descrito está alinhado às diretrizes legais estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 e às melhores práticas de planejamento e execução de contratações públicas, uma vez que visa promover padronização, eficiência, efetividade e equidade no acesso aos materiais de ensino, fortalecendo a atuação docente e proporcionando modernização dos métodos de aprendizagem utilizados pela Rede Municipal de Ensino.

1.1. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

A presente contratação abrange a aquisição integrada de livros didáticos, boxes pedagógicos, materiais paradidáticos, kits de robótica educacional e conjuntos de solução tecnológica, destinados ao atendimento das necessidades pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação de Estreito/MA. O objetivo é proporcionar aos alunos e professores materiais atualizados, alinhados à BNCC e aptos a promover práticas de ensino inovadoras, com fortalecimento do pensamento computacional, das competências digitais e da aprendizagem ativa.

O objeto contempla materiais destinados tanto aos anos iniciais quanto aos anos finais do Ensino Fundamental, garantindo unidade curricular, coerência metodológica e adequação didática à faixa etária dos estudantes. Os itens a serem adquiridos abrangem materiais impressos e tecnológicos que se integram para compor uma solução pedagógica completa, capaz de estruturar o processo de ensino por meio da combinação de conteúdos teóricos, recursos

práticos e ferramentas de apoio ao docente.

Para melhor precisão, os materiais contemplados nesta contratação incluem, sem limitação:

- **Livros didáticos para alunos do 1º ao 5º ano**, contendo conteúdos estruturados para alfabetização, letramento e raciocínio lógico.
- **Livros didáticos para professores**, garantindo suporte metodológico e pedagógico ao planejamento e à execução das atividades em sala de aula.
- **Boxes pedagógicos completos para alunos do 6º ao 9º ano**, com materiais integrados e abordagem interdisciplinar em conformidade com a BNCC.
- **Boxes destinados aos professores dos anos finais**, assegurando orientação técnica e pedagógica adequada aos conteúdos e metodologias.
- **Boxes de material paradidático**, voltados ao enriquecimento curricular, estímulo à leitura, raciocínio crítico e complementação do ensino formal.
- **Kits de robótica educacional para os anos iniciais e finais**, compostos por componentes estruturais, eletrônicos e didáticos que possibilitam atividades práticas, montagem, programação inicial, manipulação de elementos robóticos e desenvolvimento do pensamento computacional.
- **Conjuntos integrados de soluções tecnológicas**, destinados a fornecer estrutura completa para suporte às práticas pedagógicas tecnológicas, laboratórios ou módulos avançados de aprendizagem, conforme especificações do item correspondente.

Todos os materiais deverão ser rigorosamente novos, lacrados, com qualidade comprovada, acabamento adequado, impressão nítida e durabilidade compatível com o uso escolar. Os kits tecnológicos deverão possuir certificações aplicáveis, componentes seguros e manuais detalhados que permitam sua utilização pelos professores e estudantes. A entrega deverá ser realizada de forma organizada, conforme cronograma e distribuição por escola indicado pela Secretaria Municipal de Educação, acompanhada de notas fiscais, documentação técnica e garantias correspondentes.

O conjunto dos itens aqui descritos compõe solução educacional completa, integrando conteúdos impressos e tecnológicos para assegurar que o processo de ensino-aprendizagem se desenvolva com eficiência, inovação, segurança e aderência às políticas públicas educacionais.

1.2. VALOR ESTIMADO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

O valor estimado da presente contratação foi apurado com base em pesquisa de mercado realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Estreito/MA, contemplando fornecedores distintos, cujos preços foram consolidados em uma planilha de médias, observando-se os critérios previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como as orientações da Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado de Maranhão. A partir dessa pesquisa comparativa, obteve-se a média de valores unitários para cada item, permitindo a composição do custo global estimado, considerando quantidades previamente definidas e adequadas à demanda real da rede municipal.

Para assegurar transparência, economicidade e critérios objetivos, a estimativa orçamentária está estruturada a partir dos seguintes valores unitários e totais, conforme a planilha oficial apresentada:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	Vlr. UNITÁRIO	Vlr. TOTAL
01	Livros Didáticos dos Alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental (Pensamento Computacional e Robótica Educacional Sustentável com programação visual). (Livros Seriados)	92	Und	R\$ 229,33	R\$ 21.098,67
02	Livros Didáticos dos Professores do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental (Pensamento Computacional e Robótica Educacional Sustentável com programação visual). (Livros Seriados)	6	und	R\$ 229,33	R\$ 1.376,00
03	Boxes Didáticos dos Alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com 02 livros, sendo: 01 Livro de Iniciação ao Desenvolvimento do Pensamento Computacional e 01 Livro Robótica Educacional Sustentável com Programação Visual. (Livros Seriados)	1180	und	R\$ 552,67	R\$ 652.146,67
04	Boxes Didáticos dos Professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com 02 livros, sendo: 01 Livro de Iniciação ao Desenvolvimento do Pensamento Computacional e 01 Livro Robótica Educacional Sustentável com Programação Visual. (Livros Seriados)	6	und	R\$ 552,67	R\$ 3.316,00
05	Box de Material de apoio pedagógico Paradidático para Alunos do Ensino Fundamental Anos iniciais e Anos Finais, composto por no mínimo 08 (oito) livros paradidáticos em formato de Histórias em Quadrinhos (HQ), classificação indicativa (etária) Livre, alinhado à BNCC e à PNED.	64	und	R\$ 537,33	R\$ 34.389,33
06	Kit de Robótica Educacional para aulas práticas e inovação da aprendizagem tecnológica e digital para os alunos do 1º ano ao 5º ano do Ensino Fundamental anos iniciais, composto por 19 itens, somando um total de 115(cento e quinze) peças.	23	Kit	R\$ 1.995,00	R\$ 45.885,00
07	Kit de Robótica Educacional para aulas práticas e inovação da aprendizagem tecnológica e digital para alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, composto por no mínimo 54 itens, somando um total de 221 (duzentos e vinte e uma) peças.	295	kit	R\$ 3.237,00	R\$ 954.915,00
08	SALA DE LETRAMENTO DIGITAL COMPLETA COM CONJUNTO DE MOBILIÁRIO, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E PERSONALIZAÇÃO DA SALA PARA AULAS PRÁTICAS DO PROJETO 4.0, CONTENDO: <ul style="list-style-type: none"> • 01 Kit com 02 Impressoras 3D com Montagem e Capacitação para o devido uso; • 01 Kit com 06 Filamento PLA (ácido polilático) 1,75 mm; • 01 Kit com 16 Microcomputadores portáteis do tipo notebook; • 01 Televisor Smart 50 polegadas; • 01 Suporte articulado de parede para tvs de 32" A 75"; • Kit 30 mesas Trapézios para alunos; • 1 Mesa Central para alunos; • 01 Kit com 30 Cadeiras coloridas fixas de Polipropileno Juvenil para Alunos; • 01 Mesa Para o Professor com gaveta (com montagem); • 01 Cadeira fixa em polipropileno para o professor; • 01 Armário de apoio com nichos e gaveteiros (com montagem); • 01 Painel de Ferramentas com no mínimo 50 (itens) itens + montagem e instalação; • 01 Adesivo para Personalização da Sala+arte visual+instalação. 	03	CJTO	R\$ 306.533,33	R\$ 919.600,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					2.632.726,67

Com a soma dos valores acima, obtém-se o **valor global estimado da contratação**, que alcança aproximadamente **R\$ 2.632.726,67 (Dois milhões seiscentos e trinta e dois mil setecentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos)**. Tal valor representa a melhor

estimativa possível no momento da elaboração deste Termo de Referência, respeitando-se a média entre fornecedores, a convergência de preços e o comportamento do mercado educacional no segmento de materiais impressos e tecnológicos.

1.3. DO REAJUSTE

O reajuste aplicável aos contratos decorrentes deste Termo de Referência observará as disposições da Lei nº 14.133/2021 e a política pública municipal de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das contratações, garantindo que a execução do objeto não seja prejudicada por defasagens inflacionárias ou variações significativas nos custos de produção dos materiais. Considerando que o presente processo se dará por meio de Ata de Registro de Preços, o reajuste incidirá exclusivamente sobre os contratos eventualmente firmados, respeitando-se o interregno mínimo de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta vencedora, nos termos estabelecidos pelos dispositivos legais aplicáveis.

O reajustamento será concedido mediante índice oficial de inflação, adotado de forma uniforme pela Administração Municipal, observando-se:

- **o IPCA/IBGE**, ou outro índice que venha a substituí-lo oficialmente, por ser indicador amplamente utilizado para atualização monetária e preservação do poder de compra no âmbito das contratações públicas;
- **ou índice setorial específico**, caso a natureza dos materiais — especialmente materiais educacionais ou componentes eletrônicos — venha a justificar, desde que previsto expressamente no edital e juridicamente viável.

A aplicação do reajuste estará condicionada à demonstração clara de que decorre exclusivamente de variação inflacionária, sendo vedado qualquer tipo de aumento arbitrário ou que não observe a recomposição real dos custos. Ademais, o reajuste não poderá contrariar os princípios da razoabilidade, economicidade, proporcionalidade e eficiência, devendo refletir apenas a atualização monetária necessária para garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em estrita conformidade com os arts. 92 e 134 da Lei nº 14.133/2021.

Em se tratando de Sistema de Registro de Preços, eventual repactuação, revisão ou renegociação de valores somente poderá ocorrer nas hipóteses legalmente permitidas, mediante abertura de processo administrativo próprio, comprovação da variação efetiva dos custos, análise da área técnica e autorização da autoridade competente, sempre devidamente fundamentada em elementos técnicos, econômicos e jurídicos que assegurem a vantajosidade da contratação e a integridade do interesse público.

1.4. DO REGISTRO DE PREÇOS

A presente contratação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços, instrumento previsto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de permitir à Administração Pública maior flexibilidade, eficiência e planejamento na aquisição dos itens descritos neste Termo de Referência. A adoção da Ata de Registro de Preços se justifica pela necessidade de atender demandas contínuas e variáveis das unidades escolares, assegurando adequação às necessidades pedagógicas ao longo do ano letivo, sem que seja imprescindível realizar novas licitações para cada aquisição futura, além de permitir melhor gestão orçamentária e logística.

A utilização do Registro de Preços possibilita que a Administração realize contratações conforme sua conveniência e disponibilidade financeira, não impondo obrigação de aquisição integral das quantidades inicialmente estimadas, mas sim fixando preços, fornecedores e condições para futura contratação, garantindo economicidade e respeito ao princípio da eficiência. Tal sistemática permite ainda aquisições graduais, facilitando a distribuição dos materiais ao longo do ano, de acordo com o planejamento da Secretaria Municipal de Educação.

A adesão ao registro de preços proporcionará também maior competitividade, uma vez que empresas especializadas na produção de materiais didáticos, boxes educacionais e kits de robótica poderão ofertar preços mais vantajosos ao participarem de um procedimento que assegura previsibilidade e estabilidade comercial. No âmbito da execução da ata, a Administração poderá solicitar os itens de forma parcelada, observando-se as quantidades máximas registradas, com a possibilidade de acréscimos ou reduções nos termos permitidos pela legislação vigente.

Destaca-se que a Ata de Registro de Preços será formalizada com o fornecedor vencedor para cada item, observando-se julgamento pelo critério de menor preço por lote único, devendo conter todas as condições necessárias à contratação futura, inclusive obrigações, prazos, garantias, penalidades e condições de entrega. A vigência da ata obedecerá aos prazos previstos no art. 84 da Lei 14.133/2021, podendo ser prorrogada conforme justificativa técnica e autorização da autoridade competente, desde que respeitadas as limitações legais.

Assim, o uso do Sistema de Registro de Preços configura-se como a solução mais adequada para garantir eficiência administrativa, vantajosidade econômica e continuidade das atividades educacionais, permitindo à Administração adquirir os materiais de forma planejada, transparente e em estrita conformidade com a legislação de regência.

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar à Rede Municipal de Ensino de Estreito/MA materiais pedagógicos atualizados, coerentes com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e tecnicamente adequados ao desenvolvimento das competências essenciais previstas para alunos do Ensino Fundamental, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais. O Município enfrenta a necessidade de ampliar e modernizar seus recursos didáticos, especialmente diante das exigências contemporâneas de inclusão digital, pensamento computacional e aplicação de metodologias ativas de aprendizagem, que demandam materiais teóricos e tecnológicos integrados.

A utilização de livros didáticos, boxes pedagógicos, paradidáticos e kits de robótica educacional é fundamental para garantir a qualidade do ensino, promover equidade entre unidades escolares e assegurar que estudantes e professores tenham acesso a conteúdos atualizados, contextualizados e capazes de fomentar o desenvolvimento de habilidades cognitivas, digitais, criativas e socioemocionais. A contratação se revela necessária para substituir materiais obsoletos, ampliar o acervo escolar, padronizar o atendimento pedagógico e ofertar soluções compatíveis com as diretrizes curriculares nacionais.

Sob o ponto de vista administrativo, a contratação atende ao princípio da eficiência,

proporcionando melhor organização dos materiais de ensino, coerência metodológica e planejamento contínuo das ações pedagógicas. Também se justifica pela necessidade de fortalecer o processo de alfabetização, fomentar aprendizagem significativa, estimular raciocínio lógico, aprimorar a leitura e compreensão textual, e integrar o componente tecnológico ao cotidiano escolar.

Complementarmente, a Secretaria Municipal de Educação identificou que a rede carece de materiais capazes de suportar atividades práticas de robótica, experimentação e manipulação de componentes eletrônicos, fundamentais para a formação contemporânea dos estudantes. Essa necessidade decorre da evolução das políticas públicas educacionais nacionais e do entendimento de que a educação básica deve preparar os estudantes para um cenário cada vez mais tecnológico e interdisciplinar.

Justifica-se, ainda, a adoção do Sistema de Registro de Preços, uma vez que permite contratações graduais, conforme disponibilidade orçamentária e demanda efetiva, garantindo economicidade, transparência e otimização dos recursos públicos. A contratação atende diretamente ao interesse público, contribui para o aprimoramento da gestão educacional e se alinha ao Plano Municipal de Educação e às diretrizes estratégicas da Secretaria.

De forma sintética, a justificativa encontra fundamento:

- na necessidade de modernização pedagógica da rede municipal;
- na obrigatoriedade de alinhamento à BNCC;
- na demanda por integração entre conteúdos teóricos e tecnológicos;
- na insuficiência dos materiais atualmente disponíveis;
- na relevância de desenvolver competências digitais e científicas;
- no compromisso da Administração com a melhoria dos indicadores educacionais.

Assim, resta plenamente demonstrada a pertinência, a oportunidade e a vantajosidade da contratação, que representa medida indispensável à promoção do interesse público e à melhoria efetiva da qualidade da educação municipal.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A necessidade da presente contratação decorre da obrigatoriedade de assegurar aos estudantes e professores da Rede Municipal de Ensino de Estreito/MA materiais didáticos atualizados, compatíveis com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e adequados às exigências de um processo de ensino-aprendizagem que contemple tanto o desenvolvimento das habilidades tradicionais quanto a formação tecnológica contemporânea. A Secretaria Municipal de Educação identificou a existência de lacunas significativas nos recursos pedagógicos atualmente disponíveis, que, em muitos casos, encontram-se desatualizados, insuficientes ou inadequados às demandas pedagógicas que vêm sendo consolidadas pela política educacional nacional.

A fundamentação desta contratação está ancorada nos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como nas obrigações legais e pedagógicas impostas ao Município para assegurar educação de qualidade, equidade de acesso e modernização curricular. A aquisição de livros, boxes pedagógicos, materiais paradidáticos e kits

de robótica educacional visa suprir uma demanda concreta e recorrente da rede municipal, promovendo a atualização dos materiais utilizados, fortalecendo práticas pedagógicas inovadoras e garantindo o desenvolvimento de competências cognitivas e digitais exigidas pelas novas diretrizes educacionais brasileiras.

A necessidade é reforçada pelo avanço das políticas públicas educacionais que estabelecem a integração de tecnologias digitais, pensamento computacional e aprendizagem baseada em projetos como elementos essenciais no currículo. O cenário educacional contemporâneo exige que os estudantes desenvolvam autonomia, criatividade, raciocínio lógico, capacidade de resolver problemas complexos e habilidades relacionadas à programação e à robótica, competências estas que apenas podem ser trabalhadas de forma efetiva mediante materiais específicos, adequadamente estruturados, e metodologias alinhadas ao uso de recursos tecnológicos.

Dessa forma, a contratação se mostra indispensável para garantir: a atualização dos materiais didáticos; a padronização dos conteúdos aplicados nas escolas; a oferta de ferramentas tecnológicas para práticas experimentais e atividades mão na massa; o suporte adequado aos professores, que passam a contar com recursos que facilitam o planejamento, a condução e a avaliação das atividades; e a equalização do acesso de todos os estudantes aos mesmos níveis de qualidade material e pedagógica.

A fundamentação jurídica da necessidade também encontra apoio nos seguintes elementos:

- cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação, que prevê a ampliação de recursos didáticos, tecnológicos e metodológicos na rede escolar;
- observância ao art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que determina que toda contratação pública deve estar associada a planejamento e buscar a máxima eficiência administrativa;
- atendimento ao art. 18 da mesma lei, que exige que a Administração identifique, avalie e justifique a necessidade da contratação durante o Estudo Técnico Preliminar;
- necessidade de reposição e ampliação dos acervos escolares e materiais de apoio ao professor, assegurando continuidade e qualidade no processo educativo.

A partir dessas premissas, fica demonstrado que a contratação é essencial para a manutenção e melhoria da qualidade das atividades educacionais desenvolvidas pelo Município, garantindo que alunos e professores disponham de materiais atualizados, seguros, adequados e capazes de apoiar de forma plena o processo de ensino-aprendizagem.

4. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação encontra pleno alinhamento com o planejamento institucional, estratégico e pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Estreito/MA, bem como com as diretrizes gerais de gestão e eficiência previstas na Lei nº 14.133/2021. A aquisição dos materiais didáticos, boxes pedagógicos, paradidáticos, kits de robótica e soluções tecnológicas responde diretamente às demandas identificadas no Plano de Contratações Anual (PCA), documento que consolida todas as necessidades previstas pela Administração Pública e que orienta a execução das políticas de compras governamentais.

Essa contratação integra ações estruturantes previstas no planejamento educacional municipal, voltadas à modernização dos métodos de ensino, à promoção da aprendizagem ativa,

à inclusão digital e ao desenvolvimento de competências gerais estabelecidas pela BNCC. O uso de conteúdos didáticos atualizados e ferramentas tecnológicas faz parte da estratégia da Secretaria para elevar os indicadores educacionais do Município, aprimorar os processos de alfabetização, letramento e raciocínio lógico, e inserir práticas de robótica e pensamento computacional no cotidiano escolar.

O alinhamento com o planejamento se evidencia pelos seguintes elementos:

- a demanda foi formalmente apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, registrada e validada no Plano de Contratações Anual, observando-se a metodologia instituída pela legislação vigente;
- a aquisição integra o processo de atualização pedagógica previsto no Plano Municipal de Educação, que estabelece metas relacionadas ao fortalecimento de práticas inovadoras e ao uso de tecnologias no processo de ensino;
- a estratégia de modernização tecnológica e pedagógica da rede municipal, amplamente discutida na gestão educacional, depende da efetiva aquisição desses materiais;
- a solução proposta está em conformidade com a política de padronização dos materiais e manutenção de critérios uniformes para todas as unidades escolares, o que favorece uma gestão educacional alinhada, estruturada e eficiente.

Além disso, a contratação observa a diretriz prevista no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, determinando que a Administração deve promover contratações planejadas e orientadas à máxima eficiência. A inclusão desta aquisição no planejamento anual assegura maior previsibilidade e racionalidade no uso dos recursos públicos, evita improvisações e garante que a administração atue de forma integrada e estratégica para atender às necessidades crescentes do sistema educacional municipal.

Assim, fica plenamente demonstrado que a contratação não é isolada, eventual ou desvinculada, mas parte integrante de um conjunto de ações planejadas que objetivam fortalecer a política educacional municipal, promover a melhoria da qualidade do ensino e implementar soluções inovadoras que favoreçam o desenvolvimento dos estudantes e a atuação dos professores.

5. VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência contratual decorrente desta contratação observará estritamente os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, bem como as necessidades administrativas e pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação de Estreito/MA. Considerando que o procedimento será conduzido por meio de Sistema de Registro de Preços, a vigência da Ata deverá respeitar o prazo máximo de até 12 (doze) meses, prorrogável nas hipóteses previstas no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovado o interesse público e devidamente justificada a necessidade da continuidade do fornecimento dos itens registrados.

A vigência dos contratos que vierem a ser celebrados com base na Ata de Registro de Preços será definida conforme a natureza dos itens, a complexidade do fornecimento, a disponibilidade orçamentária e a necessidade de atendimento às unidades escolares. Em regra, os contratos decorrentes da Ata deverão observar prazo suficiente para permitir a entrega integral dos materiais, o cumprimento das exigências contratuais e a execução plena das obrigações assumidas

pela contratada.

A vigência contratual também deverá garantir a adequação entre o calendário escolar, os prazos de entrega e a implementação pedagógica dos materiais, evitando descontinuidade no atendimento às unidades da rede municipal. Caso a Administração identifique a necessidade de contratar itens adicionais dentro do período de vigência da Ata, poderá fazê-lo respeitando as quantidades máximas registradas e as cláusulas específicas constantes do instrumento.

Assim, a vigência do contrato e da Ata busca assegurar a continuidade das ações educacionais, evitando interrupções e assegurando que os materiais sejam disponibilizados em tempo hábil para utilização no planejamento escolar, nas atividades pedagógicas e no cumprimento das metas estratégicas da Secretaria Municipal de Educação.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução proposta consiste na aquisição integrada de materiais didáticos impressos, boxes pedagógicos, materiais paradidáticos, kits de robótica educacional e módulos tecnológicos, compondo um conjunto completo e articulado de recursos pedagógicos capazes de sustentar o processo de ensino-aprendizagem em todas as etapas do Ensino Fundamental. O ciclo de vida do objeto abrange desde a seleção dos materiais, sua aquisição, entrega, distribuição, utilização pedagógica, manutenção eventual dos itens tecnológicos e substituição ao fim de sua vida útil, de forma a assegurar continuidade, eficiência e qualidade na oferta educacional.

A solução considera que os livros e boxes didáticos possuem ciclo de vida predominantemente anual, acompanhando o ano letivo, enquanto os kits de robótica e conjuntos tecnológicos possuem durabilidade ampliada, podendo ser utilizados por mais de um ciclo escolar, desde que observadas as manutenções básicas e substituições de componentes. Assim, o ciclo de vida do objeto apresenta-se estruturado a partir de três pilares: materiais impressos (ciclo anual), materiais paradidáticos (ciclo variável, podendo ser ampliado) e materiais tecnológicos (ciclo estendido, com garantia e suporte técnico).

Em sua totalidade, a solução viabiliza a modernização curricular, a integração de práticas pedagógicas inovadoras e a incorporação de ferramentas tecnológicas essenciais às novas diretrizes educacionais. Dessa forma, garante-se que os recursos adquiridos cumprirão sua função durante todo o período de vigência da política educacional, evitando descompassos ou interrupções no planejamento escolar.

7. DESCRIÇÃO DETALHADA DA SOLUÇÃO

A solução detalhada contempla o fornecimento organizado dos materiais necessários às atividades pedagógicas da rede municipal, com especificações técnicas claras e adequadas para alunos e professores dos anos iniciais e finais. Cada componente da solução foi selecionado para cumprir uma função específica dentro do processo educacional, assegurando homogeneidade metodológica, qualidade dos conteúdos e adequação pedagogicamente comprovada.

Os materiais impressos, compostos por livros didáticos e boxes pedagógicos, oferecem conteúdos estruturados, atualizados e alinhados à BNCC, possibilitando ao professor aplicação de metodologias coerentes, com padronização entre as escolas. Os materiais paradidáticos

funcionam como instrumentos complementares, favorecendo leitura, interpretação e aprofundamento temático.

Os kits de robótica educacional, destinados tanto ao Ensino Fundamental I quanto ao Ensino Fundamental II, foram definidos para introduzir e ampliar práticas de experimentação tecnológica, montagem de estruturas mecânicas, programação básica e análise de problemas.

Esses kits cumprem papel essencial para inserção da cultura digital e do pensamento computacional no currículo municipal.

Os módulos tecnológicos integrados previstos no item 8 da planilha representam solução avançada que amplia o potencial do ensino prático com recursos tecnológicos. Esses itens podem incluir plataformas, laboratórios móveis, módulos completos de aprendizagem ou conjuntos estruturais para atividades pedagógicas específicas.

Assim, a solução se estrutura de forma integrada e complementar, sendo composta pelos seguintes elementos principais:

- livros didáticos para estudantes e professores;
- boxes completos para alunos e docentes;
- materiais paradidáticos;
- kits de robótica educacional de níveis distintos;
- conjuntos completos de solução tecnológica para apoio às atividades docentes.

Esse arranjo de recursos permite que a aprendizagem teórica seja reforçada por atividades práticas, criando uma experiência educacional equilibrada, moderna e alinhada às necessidades da educação contemporânea.

8. PROPRIEDADE E AUTONOMIA

Todo material adquirido, seja impresso ou tecnológico, será de propriedade integral da Secretaria Municipal de Educação de Estreito/MA após o recebimento definitivo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021. A transferência de propriedade ocorre no ato do recebimento e aceite formal dos itens, garantindo autonomia plena para uso, distribuição, remanejamento interno, guarda, conservação e eventual descarte de acordo com as diretrizes administrativas municipais.

A autonomia conferida ao Município com a aquisição desses materiais permite que as unidades escolares os utilizem conforme planejamento pedagógico próprio, sem qualquer limitação ou ingerência por parte da contratada. Os materiais serão incorporados ao acervo didático municipal e poderão ser utilizados em todas as atividades pertinentes ao ensino fundamental, incluindo projetos, eventos, avaliações internas, aulas práticas, ações de formação docente e demais atividades institucionais.

No caso dos kits de robótica e conjuntos tecnológicos, a propriedade garante autonomia administrativa para substituir componentes, realizar manutenção, adquirir peças adicionais compatíveis e adaptar os recursos conforme necessidades específicas de cada escola, sem que isso gere vínculo técnico obrigatório com o fornecedor. A solução preserva a independência da Administração e elimina riscos de dependência tecnológica, garantindo que o uso dos materiais não fique condicionado à contratação de serviços adicionais ou soluções proprietárias restritivas.

Assim, a Secretaria Municipal de Educação mantém controle total sobre os bens adquiridos, garantindo liberdade pedagógica e administrativa para utilizá-los em conformidade com o interesse público e as necessidades da rede de ensino.

9. PERSONALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO

A presente contratação foi concebida de forma a assegurar que todos os materiais adquiridos sejam plenamente adequados às características pedagógicas, metodológicas e estruturais da Rede Municipal de Ensino de Estreito/MA, garantindo personalização suficiente para atender às especificidades das escolas, sem comprometer a padronização necessária ao ensino público. A personalização aqui tratada refere-se à adequação do conteúdo pedagógico, da linguagem, do nível de complexidade e da estrutura didática às faixas etárias, etapas de ensino e objetivos curriculares previstos pela BNCC. Os materiais impressos devem apresentar linguagem acessível, formato editorial apropriado, coerência metodológica e conteúdos ajustados ao nível de desenvolvimento dos estudantes.

Os kits de robótica educacional e os módulos tecnológicos devem estar adaptados às capacidades motoras e cognitivas de cada etapa escolar, oferecendo componentes simples e seguros para anos iniciais, e elementos mais avançados para anos finais, preservando progressividade pedagógica e equilíbrio entre teoria e prática. Além disso, a personalização se estende à logística de entrega, que deve ser adequada à realidade das escolas, garantindo materiais separados por instituição, quantidade exata conforme demanda e distribuição organizada para facilitar a incorporação imediata aos ambientes de ensino.

A contratação não implica qualquer personalização proprietária, restritiva ou que gere dependência tecnológica da Administração em relação ao fornecedor. Ao contrário, materiais devem ser compatíveis com práticas universais, padronizados e de livre uso pela rede municipal. Assim, a personalização presente nesta contratação visa exclusivamente ajustar os materiais ao contexto educacional local, resguardando a autonomia pedagógica da Secretaria e assegurando que todo conteúdo, forma e aplicação prática estejam adequadamente alinhados à realidade do Município.

10. CONTROLE E MANUTENÇÃO

O controle e a manutenção dos materiais adquiridos são essenciais para garantir sua durabilidade, segurança e correta utilização ao longo do tempo, sobretudo no caso dos kits de robótica e dos conjuntos tecnológicos, que exigem cuidados mínimos para conservação. Os materiais impressos possuem manutenção simples, consistindo essencialmente na guarda adequada, preservação física, manuseio correto e reposição apenas em casos de dano irreparável ou desgaste natural decorrente do uso anual.

Já os materiais tecnológicos, por sua natureza, requerem manutenção periódica básica, que poderá incluir substituição eventual de peças simples, conferência de funcionamento, ajustes de montagem e atualização de componentes eletrônicos quando previsto de fábrica. Todo esse processo deverá ocorrer internamente, sob responsabilidade da Secretaria de Educação ou das unidades escolares, sem necessidade de assistência técnica exclusiva do fornecedor, salvo nos casos previstos em garantia.

Para garantir controle eficiente, será adotado inventário atualizado dos materiais entregues, de modo a permitir rastreabilidade, acompanhamento de utilização e substituição em caso de perda ou dano. Os kits de robótica devem ser entregues com manuais de manutenção básica e instruções claras de uso, facilitando seu manuseio pelas equipes escolares. O fornecedor deve assegurar que todos os componentes atendam às normas mínimas de segurança e possuam durabilidade compatível com sua função educacional.

Assim, o controle e a manutenção previstos neste Termo de Referência são suficientes para garantir que os materiais cumpram plenamente o ciclo de vida estimado, sem necessidade de suporte técnico contínuo, resguardando a economicidade e preservando a autonomia administrativa e pedagógica da rede.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE ESCOLHA DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor será realizada por meio de Pregão Eletrônico, adotando o critério de julgamento por **menor preço por lote único**, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021. A escolha da modalidade e do critério encontra respaldo nos princípios da competitividade, economicidade, eficiência e ampla participação, assegurando que o processo licitatório permita disputa entre diversos fornecedores especializados nos segmentos de livros didáticos, materiais pedagógicos e kits tecnológicos.

A forma de seleção exige que o fornecedor apresente proposta contendo descrição detalhada dos produtos ofertados, marca, modelo, especificações técnicas completas, valores unitários e totais e demais elementos necessários para verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência. As propostas serão avaliadas quanto à conformidade técnica, observando-se critérios como qualidade editorial, adequação pedagógica, composição dos kits de robótica, segurança dos materiais e conformidade com certificações obrigatórias.

A Administração somente aceitará fornecedores que comprovem capacidade técnica e comercial para a entrega integral dos itens, mediante apresentação das documentações previstas na legislação, como habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira. Adicionalmente, será analisada a aderência dos produtos ofertados às normas de segurança, qualidade e certificações aplicáveis aos materiais educacionais e tecnológicos.

Os critérios de escolha buscam garantir que os produtos entregues sejam adequados, seguros, duráveis e compatíveis com o uso pedagógico, assegurando, ao mesmo tempo, transparência, legalidade e eficiência no processo de contratação. Dessa forma, a seleção do fornecedor observará tanto a vantajosidade econômica quanto a estrita conformidade técnica do objeto.

12. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

A aceitação dos materiais fornecidos estará condicionada ao atendimento integral das especificações técnicas, quantitativas e qualitativas estabelecidas neste Termo de Referência, assegurando que os produtos entregues sejam compatíveis com sua finalidade pedagógica e com as exigências estruturais da Secretaria Municipal de Educação de Estreito/MA. A conferência será realizada em duas etapas: recebimento provisório e recebimento definitivo, conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

Durante o recebimento provisório, será verificada a integridade física dos materiais, a conformidade com as quantidades solicitadas, a correspondência entre os itens entregues e suas descrições técnicas, além da qualidade editorial e da integridade dos componentes tecnológicos. A aceitação definitiva ocorrerá após análise conclusiva da equipe responsável, que avaliará aspectos como durabilidade aparente, ausência de defeitos, funcionamento dos itens de robótica e completude das peças.

Os materiais somente serão aceitos caso atendam aos requisitos de qualidade previstos, tais como: impressão nítida, acabamento apropriado, ausência de rasuras, componentes eletrônicos em perfeitas condições, kits completos e embalagens adequadas. Materiais que apresentem avarias, divergências de quantidade ou incompatibilidade com as especificações serão rejeitados, devendo a contratada proceder à substituição imediata, sem ônus para a Administração.

Assim, os critérios de aceitação visam assegurar o atendimento pedagógico adequado, preservar a segurança dos alunos e professores e garantir que a Administração receba exatamente o objeto contratado, sem prejuízo da economicidade e da eficiência administrativa.

12.1. DAS AMOSTRAS

Caso surjam dúvidas quanto à veracidade, procedência ou autenticidade da editora indicada na proposta, ou quanto à correspondência entre o material ofertado e as especificações do Termo de Referência, poderá ser solicitada amostra exclusivamente para fins de verificação técnica, sem prejuízo das demais etapas do certame.

Nessa hipótese, o licitante melhor classificado será formalmente convocado para apresentar, no prazo de até 03 (três) dias úteis, no local indicado pela Administração, 01 (uma) amostra de cada item ofertado.

A avaliação da amostra será realizada presencialmente por uma Equipe Técnica composta por 3 (três) servidores, sendo 1 (um) do setor de tecnologia da informação e 2 (dois) da área da educação.

A avaliação consistirá na análise dos itens do Lote único - Materiais para Aulas Teóricas e Práticas com Formação e Capacitação de Professores do Projeto de Educação 4.0, que incluem:

- a) Materiais Didáticos (livros) para alunos e professores do 1º ao 9º ano;
- b) Materiais Paradidáticos (livros) para alunos do ensino fundamental;
- c) Kit de Robótica Educacional para alunos do 1º ao 9º ano;
- d) Sala de letramento digital completa e personalizada.

Será imediatamente desclassificada a licitante que apresentar material didático em formato de apostilas impressas, e-book ou similares que estejam em desconformidade com as exigências do objeto.

A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome da licitante, marca, modelo e conter os respectivos prospectos ou manuais, se for o caso. Os exemplares serão tratados como

protótipos, podendo ser manuseados, desmontados, instalados e submetidos a testes pela equipe técnica, sem ônus para a Administração Pública. Não será permitida a substituição de qualquer item da amostra.

A Equipe Técnica submeterá o produto a uma análise e emitirá um Parecer Técnico quanto ao cumprimento das exigências pedagógicas. Para tal, será utilizada uma metodologia de “check-list” com as opções “Atende” ou “Não Atende” para cada requisito mínimo.

Caso a licitante não atenda aos requisitos, descumpra as exigências, não participe ou se negue a participar da avaliação, será desclassificada. Nesse caso, a CONTRATANTE convocará a segunda colocada para apresentação da habilitação e realização da avaliação. O procedimento será repetido, seguindo a ordem de classificação, até que uma empresa seja aprovada.

Ao final do processo, a Equipe Técnica emitirá um Parecer Técnico e uma Ata da Sessão Pública, descrevendo todos os atos e o resultado da avaliação. O modelo da ficha para o Relatório de avaliação das amostras, com os itens e os resultados (atende/não atende), está em conformidade com os requisitos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência.

A amostra que for analisada e aceita pela Administração ficará sob a guarda da Secretaria Municipal de Educação e será considerada para fins de futura conferência e faturamento, após a assinatura do contrato ou emissão da Ordem de Fornecimento.

Caso a amostra seja recusada, por não atender às especificações do Termo de Referência ou por apresentar divergências em relação à proposta, o licitante será desclassificado, observadas as disposições legais aplicáveis.

Na hipótese de a amostra ter sido aceita, mas o licitante posteriormente vir a ser inabilitado na fase seguinte, este poderá recolher a amostra no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da divulgação do resultado da inabilitação ou da decisão do recurso, se houver, no mesmo local onde ocorreu a entrega.

Decorrido o prazo mencionado no item anterior, cessará a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação pela guarda da amostra, podendo esta dar-lhe o destino que entender mais adequado, sem ônus para a Administração.

13. JUSTIFICATIVAS DA ESCOLHA (TÉCNICA E ECONÔMICA)

A escolha do objeto, da solução integrada e da estratégia de contratação fundamenta-se em razões técnicas e econômicas devidamente alinhadas às necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Educação. Sob o ponto de vista técnico, a seleção dos materiais decorre da obrigação de garantir recursos pedagógicos atualizados, alinhados à BNCC e adequados ao desenvolvimento das competências cognitivas e digitais dos estudantes. A integração entre livros, materiais paradidáticos e kits de robótica assegura que o processo de aprendizagem seja completo, combinando teoria, prática e atividades de experimentação.

Os aspectos técnicos justificam a escolha pela diversidade de itens porque cada material desempenha função distinta e complementar no processo pedagógico. Os livros garantem base

teórica, os boxes pedagógicos proporcionam aprofundamento e interdisciplinaridade, os paradidáticos ampliam o repertório formativo e os kits de robótica introduzem práticas de inovação e tecnologia. Tal composição oferece uma solução moderna, eficaz e alinhada às exigências contemporâneas da educação pública.

Sob o ponto de vista econômico, a escolha fundamenta-se na possibilidade de obtenção do menor preço por lote único por meio do Pregão Eletrônico, garantindo competitividade, transparência e ampla participação de fornecedores. A estimativa dos custos, calculada com base em pesquisa de preços idônea e estruturada, demonstra compatibilidade com o mercado educacional e reforça a viabilidade econômica da contratação. Além disso, a utilização do Sistema de Registro de Preços permite aquisições graduais, de acordo com a necessidade e disponibilidade financeira do Município, evitando desperdícios e assegurando maior eficiência no uso dos recursos públicos.

Assim, a justificativa técnica e econômica demonstra que a solução adotada é a mais vantajosa para o interesse público, assegurando equilíbrio entre qualidade pedagógica, modernização tecnológica e economicidade na aquisição dos materiais.

14. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação exige que os materiais fornecidos atendam a requisitos específicos de natureza técnica, pedagógica, operacional e legal, assegurando que os recursos entregues sejam adequados às necessidades educacionais e compatíveis com as condições de uso nas unidades escolares. Os materiais impressos devem apresentar alta qualidade editorial, com impressão nítida, resistência física, conteúdo atualizado e coerente com a BNCC. Além disso, devem ser produzidos com acabamento adequado, encadernação reforçada e gramatura apropriada para o uso contínuo pelos estudantes.

Os kits de robótica educacional devem conter componentes completos, seguros e adequados à faixa etária dos alunos, incluindo peças estruturais, dispositivos eletrônicos, sensores e demais elementos necessários ao funcionamento das atividades de programação e montagem. Devem ser acompanhados por manuais técnicos detalhados, instruções de uso e garantia mínima prevista, assegurando que o material possa ser utilizado plenamente pelos professores e alunos sem risco ou limitação.

Do ponto de vista operacional, os fornecedores devem garantir a entrega organizada dos materiais, com identificação por escola, embalagens seguras e logística compatível com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação. A contratação deve, ainda, observar requisitos legais como certificações aplicáveis, conformidade com normas de segurança e aderência aos padrões de qualidade definidos pela legislação educacional.

Assim, os requisitos da contratação garantem que os materiais adquiridos sejam completos, seguros, atualizados e adequados ao uso educacional, preservando o interesse público e assegurando eficiência no processo de ensino-aprendizagem.

15. SUSTENTABILIDADE

A presente contratação observa os princípios da sustentabilidade previstos no art. 25 da Lei nº

14.133/2021, bem como as diretrizes da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, garantindo que os materiais adquiridos, sempre que possível, respeitem critérios de responsabilidade socioambiental. A aquisição de livros, boxes pedagógicos e materiais didáticos impressos deve priorizar fornecedores que utilizem papel certificado, preferencialmente oriundo de reflorestamento sustentável (FSC ou equivalente), tintas de baixo impacto ambiental e processos de produção que reduzam emissões e geração de resíduos.

Do mesmo modo, os kits de robótica educacional e os módulos tecnológicos devem ser fabricados com materiais duráveis, seguros e recicláveis, sempre que tecnicamente viável, observando normas de eficiência energética e redução de impactos ambientais. A entrega dos produtos deve ser realizada com embalagens minimizadas e recicláveis, evitando excessos e garantindo acondicionamento adequado sem desperdício de material.

A Secretaria Municipal de Educação deverá adotar práticas internas de controle, armazenamento e destinação final dos materiais, especialmente no caso de componentes eletrônicos eventualmente danificados ou que atinjam o fim de sua vida útil, garantindo descarte adequado em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Dessa forma, a contratação assegura não apenas a qualidade pedagógica dos materiais, mas também a adoção de ações concretas de responsabilidade ambiental, compatíveis com o interesse público e com a política de sustentabilidade da Administração.

16. SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação do objeto principal não será permitida, tendo em vista que a contratação refere-se ao fornecimento de materiais específicos, cuja responsabilidade integral deve ser assumida pela empresa vencedora, assegurando rastreabilidade, controle de qualidade e responsabilidade direta pelo cumprimento de todas as exigências técnicas e contratuais. Materiais didáticos e kits tecnológicos exigem precisão, integridade e conformidade estrita com as especificações deste Termo de Referência, o que inviabiliza a transferência de execução para terceiros sem que haja comprometimento dos padrões exigidos.

A vedação não impede que a contratada se utilize de serviços auxiliares, como transporte, logística ou armazenamento externo, desde que tais atividades não alterem a responsabilidade primária da empresa sobre o objeto e não comprometam a qualidade, segurança e entrega dos materiais. Esses serviços acessórios, quando realizados, devem observar todas as normas aplicáveis, incluindo transporte seguro, manuseio adequado e preservação da integridade do material.

Assim, a subcontratação é admitida apenas em caráter acessório e secundário, nunca envolvendo a produção, montagem ou fornecimento direto dos materiais objeto da contratação.

17. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO (GARANTIA CONTRATUAL)

A garantia contratual poderá ser exigida conforme art. 96 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar a perfeita execução contratual e resguardar o interesse público. Considerando que o objeto envolve fornecimento de bens, a exigência de garantia deverá ser justificada tecnicamente no edital e poderá incidir principalmente sobre itens tecnológicos, como

kits de robótica e módulos educacionais, devido à sua complexidade e valor agregado.

A garantia poderá ser apresentada nas modalidades autorizadas pela legislação, tais como seguro-garantia, fiança bancária ou caução em dinheiro, observando-se o limite legal de até 5% do valor do contrato, podendo alcançar até 10% quando tecnicamente comprovado que o objeto envolve risco elevado. Essa garantia assegura que a contratada cumprirá suas obrigações de forma integral, permitindo à Administração substituir, reparar ou recuperar prejuízos decorrentes de eventual inadimplemento contratual.

Além da garantia contratual, todos os itens devem possuir garantia mínima de qualidade e funcionamento fornecida pelo fabricante, especialmente os kits de robótica, que devem conter cobertura para defeitos de fabricação, falhas de componentes e avarias decorrentes de uso normal. A garantia dos materiais impressos deverá assegurar substituição imediata em casos de erro gráfico, má impressão, páginas soltas ou qualquer falha que comprometa a qualidade e a usabilidade.

Assim, a garantia contratual representa instrumento adicional de proteção da Administração, devendo ser utilizada de forma equilibrada, proporcional e tecnicamente fundamentada, visando preservar a qualidade do objeto e a plena execução contratual.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

A garantia de execução tem por finalidade assegurar que a contratada cumprirá integralmente as obrigações pactuadas, preservando o interesse público e garantindo que os materiais sejam entregues com qualidade, dentro dos prazos estabelecidos e conforme as especificações técnicas deste Termo de Referência. Trata-se de instrumento previsto nos arts. 94 a 99 da Lei nº 14.133/2021, que pode ser exigido a depender da complexidade, relevância e risco associado ao objeto.

A Administração poderá exigir garantia de execução para resguardar-se contra eventuais inadimplementos, especialmente em relação aos itens de maior valor agregado ou complexidade tecnológica, como kits de robótica e módulos educacionais, assegurando que sua entrega ocorra de forma adequada. A exigência poderá contemplar:

- **Seguro-garantia**, modalidade preferencial por conferir maior proteção à Administração;
- **Fiança bancária**, quando demonstrada a capacidade econômico-financeira da instituição garantidora;
- **Caução em dinheiro**, observados os limites legais e a conveniência administrativa.

A garantia poderá ser fixada em até **5% do valor total do contrato**, e, em hipóteses técnicas devidamente justificadas, poderá alcançar até **10%**, conforme previsão legal. A contratada deverá manter a garantia válida durante todo o período de execução contratual, sob pena de aplicação das sanções previstas.

Assim, a garantia de execução funciona como mecanismo de segurança para que eventual inadimplemento seja reparado sem prejuízos à continuidade das atividades educacionais e ao erário.

19. VISTORIA

A vistoria prévia por parte dos licitantes não será obrigatória, uma vez que o objeto contratado consiste exclusivamente no fornecimento de bens, não havendo execução de serviços que dependam de análise prévia das condições físicas das unidades escolares. O fornecimento dos materiais pode ser executado sem necessidade de prévia inspeção por parte dos participantes, pois não há exigências estruturais que impactem diretamente a entrega.

Contudo, será obrigatória a **vistoria interna realizada pela própria Administração no ato do recebimento**, especialmente para os kits de robótica e conjuntos tecnológicos, garantindo a conferência completa do funcionamento, dos componentes, das peças e da integridade das embalagens. Caso sejam identificados defeitos, divergências ou irregularidades, será lavrado termo de não conformidade e a contratada deverá substituir os itens imediatamente.

Assim, a vistoria fica restrita ao momento de recebimento provisório e definitivo, atendendo ao art. 140 da Lei nº 14.133/2021, preservando a qualidade, a segurança e a conformidade do objeto entregue.

20. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DO OBJETO E DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

As exigências técnicas constituem o núcleo fundamental para assegurar que os materiais adquiridos sejam adequados ao uso escolar, seguros, duráveis e pedagogicamente apropriados. Todos os produtos deverão atender padrões mínimos de qualidade, seguindo normas educacionais, editoriais e tecnológicas. As exigências técnicas contemplam, entre outros aspectos, a qualidade do conteúdo pedagógico, integridade física dos produtos, conformidade com normas de segurança e aderência às faixas etárias correspondentes.

Os materiais impressos deverão apresentar impressão de alta definição, papel resistente, encadernação reforçada, organização editorial funcional e conformidade com a BNCC. Já os kits de robótica educacional deverão conter todos os componentes necessários para montagem, experimentação e programação, incluindo sensores, atuadores, peças estruturais, cabos, módulos eletrônicos e manuais técnicos detalhados, todos devidamente organizados e embalados. Os itens tecnológicos deverão apresentar compatibilidade com práticas pedagógicas usuais, segurança elétrica, acabamento não cortante, materiais não tóxicos e conformidade com padrões técnicos aplicáveis.

Em síntese, as exigências técnicas do objeto incluem:

- qualidade editorial e pedagógica dos livros e boxes;
- integridade física e durabilidade dos materiais impressos;
- completude dos kits de robótica, com todos os componentes funcionais;
- conformidade com normas de segurança infantil e educacional;
- garantia mínima de funcionamento;
- manuais de uso claros e completos;
- entrega organizada por unidade escolar;
- conformidade com as especificações constantes da planilha orçamentária e deste TR.

O atendimento a todas essas exigências será condição essencial para recebimento, aceite e pagamento dos materiais, mantendo o padrão de qualidade necessário para o desenvolvimento das atividades educacionais da rede municipal.

21. QUALIDADE DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS

A qualidade dos materiais a serem fornecidos constitui requisito essencial desta contratação, devendo os itens apresentar padrões elevados de durabilidade, integridade, segurança e adequação pedagógica. Todos os livros didáticos, boxes pedagógicos e materiais paradidáticos deverão ser produzidos em papel resistente, com impressão nítida, acabamento uniforme e encadernação capaz de suportar o uso contínuo por parte dos alunos ao longo do ano letivo. Os conteúdos devem ser atualizados, coerentes com a BNCC e redigidos em linguagem clara, acessível e apropriada à faixa etária correspondente.

Os kits de robótica educacional e módulos tecnológicos devem apresentar alto nível de qualidade técnica, com componentes resistentes, adequadamente armazenados, livres de defeitos e confeccionados com materiais seguros, não tóxicos e compatíveis com as normas educacionais. As peças devem possuir encaixe adequado, sem partes cortantes, bordas agressivas ou elementos que comprometam a integridade física dos alunos. Os componentes eletrônicos devem estar protegidos, apresentar isolamentos apropriados e demonstrar pleno funcionamento no momento do recebimento.

A qualidade será aferida no ato do recebimento provisório e definitivo, cabendo à Administração recusar qualquer item que apresente irregularidades, divergências técnicas, falhas de funcionamento, má impressão, defeitos físicos ou inconsistências pedagógicas. A contratada deve garantir substituição imediata dos itens rejeitados, sem ônus adicional para o Município, assegurando que o padrão mínimo de qualidade seja integralmente atendido.

22. SEGURANÇA

A segurança dos materiais fornecidos é condição indispensável, devendo os itens atender integralmente às normas técnicas aplicáveis, especialmente no que se refere à saúde, integridade física e proteção das crianças e adolescentes usuários dos materiais. Os livros e materiais impressos devem ser produzidos com tintas e papéis não tóxicos, livres de substâncias prejudiciais e em conformidade com padrões nacionais de qualidade gráfica.

Os kits de robótica educacional, por envolverem peças mecânicas e componentes eletrônicos, devem observar requisitos rigorosos de segurança, garantindo que os elementos estruturais sejam adequados ao manuseio por estudantes. Nenhuma peça deve apresentar risco de choque elétrico, aquecimento excessivo, desprendimento inadequado, perfuração ou ingestão acidental. O uso pedagógico deve ser seguro tanto nas atividades práticas quanto no armazenamento dos itens.

Para assegurar a segurança dos materiais, devem ser atendidas normas aplicáveis como:

- padrões técnicos de segurança infantil;
- certificações de produtos eletrônicos quando pertinentes;
- conformidade com normas pedagógicas e laboratoriais.

A contratada será integralmente responsável por qualquer falha relacionada à segurança dos itens fornecidos, devendo responder pela substituição imediata de produtos inadequados e por eventuais medidas corretivas necessárias.

23. EXIGÊNCIAS DE CERTIFICAÇÕES

Os materiais fornecidos deverão atender às certificações aplicáveis ao setor educacional, editorial e tecnológico, assegurando sua conformidade com normas técnicas de qualidade e segurança. Para os itens impressos, espera-se que sejam produzidos por editoras regulares, atendendo aos padrões de certificação quanto à qualidade gráfica, ao uso de materiais adequados e à conformidade legal das obras.

Os kits de robótica educacional e outros componentes tecnológicos devem possuir certificações que atestem sua segurança elétrica, integridade mecânica e adequação ao uso educacional. Sempre que aplicável, deverão apresentar:

- certificação de conformidade elétrica;
- certificação de materiais não tóxicos;
- laudos ou declarações de conformidade técnica do fabricante;
- documentos que comprovem o atendimento às normas de segurança infantil e aos padrões de qualidade do setor.

A ausência de certificações exigíveis acarretará recusa imediata dos itens, sendo obrigatória a substituição pela contratada. A Administração poderá solicitar, no momento da análise técnica ou do recebimento, os respectivos certificados, declarações, catálogos técnicos e demais documentos comprobatórios da conformidade dos produtos com as normas vigentes.

24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente contratação está prevista no orçamento da Secretaria Municipal de Educação de Estreito/MA, obedecendo ao princípio da adequada previsão orçamentária exigido pelo art. 7º e pelo art. 18 da Lei nº 14.133/2021. A contratação somente poderá avançar para a fase de empenho após a devida verificação de disponibilidade financeira e realização da reserva orçamentária correspondente, garantindo que o processo ocorra com responsabilidade fiscal, transparência e regularidade contábil.

A dotação específica será indicada no momento da formalização da contratação, de acordo com as classificações orçamentárias vigentes no Município, constando no processo administrativo elementos como: função, subfunção, programa, ação, natureza da despesa e fonte de recursos. Essa indicação será obrigatoriamente registrada no sistema contábil da Administração Municipal, assegurando rastreabilidade, controle e conformidade com as regras previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas pertinentes.

Assim, a contratação será executada com recursos próprios do Município, devidamente consignados no orçamento anual, garantindo o respaldo financeiro necessário à aquisição dos materiais didáticos e tecnológicos que compõem o objeto deste Termo de Referência.

25. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A contratada assume a responsabilidade integral pela entrega dos materiais conforme as especificações, quantidades e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, respondendo por qualquer irregularidade, vício, defeito ou divergência constatada nos livros, boxes pedagógicos, materiais paradidáticos, kits de robótica e módulos tecnológicos. Compete à contratada garantir

a integridade física dos produtos durante o transporte, a conformidade dos conteúdos com as exigências estabelecidas e o pleno funcionamento dos componentes tecnológicos.

Entre as responsabilidades diretas da contratada incluem-se:

- entregar os materiais no local, prazo e condições definidos;
- substituir imediatamente quaisquer itens rejeitados pela Administração;
- garantir que os produtos correspondam fielmente às especificações técnicas, pedagógicas e de segurança;
- apresentar notas fiscais compatíveis com os itens fornecidos;
- manter a garantia mínima dos itens tecnológicos e a garantia legal dos itens impressos;
- atender a todas as exigências de certificação, segurança e qualidade previstas no TR;
- responder pelos danos causados por defeitos, vícios ocultos ou mau funcionamento dos materiais;
- assegurar que os produtos sejam novos, originais, de primeiro uso e em perfeitas condições.

A contratada deverá manter comunicação adequada com a Administração, facilitando o acompanhamento da entrega, o controle dos materiais e eventuais necessidades de substituição, mantendo sempre a integridade do objeto contratado.

26. DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO

O recebimento dos materiais será realizado em duas etapas, conforme o art. 140 da Lei nº 14.133/2021: recebimento provisório e recebimento definitivo. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega física dos materiais, mediante conferência inicial das quantidades e verificação preliminar da integridade física e da conformidade aparente dos itens. Havendo irregularidades, divergências ou defeitos visíveis, será lavrado termo de não conformidade, e a contratada deverá substituir os itens imediatamente.

O recebimento definitivo será realizado após avaliação técnica detalhada dos materiais, que incluirá a verificação da qualidade dos impressos, o funcionamento dos kits de robótica, a completude dos componentes e o atendimento pleno das especificações previstas no presente Termo de Referência. Somente após o recebimento definitivo será autorizada a liquidação da despesa e o pagamento correspondente.

O pagamento ocorrerá mediante apresentação de nota fiscal eletrônica devidamente acompanhada dos documentos comprobatórios da entrega, observando-se os prazos legais estabelecidos pela Administração. A contratada deverá estar regular perante o SICAF ou comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista no momento do pagamento, conforme exigido pela legislação vigente.

O pagamento estará condicionado à inexistência de pendências relacionadas a substituições, garantias ou irregularidades identificadas no fornecimento, preservando-se assim o interesse público e a segurança na execução contratual.

27. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto contratado ocorrerá mediante fornecimento integral dos materiais

descritos neste Termo de Referência, devendo a contratada realizar todas as atividades necessárias para garantir a entrega dos itens em perfeitas condições de uso, seguindo rigorosamente as especificações técnicas e pedagógicas definidas. O modelo de execução adotado consiste no fornecimento direto, sem necessidade de instalação, montagem complexa ou prestação de serviços adicionais, exceto a entrega organizada e completa dos materiais.

A execução seguirá um fluxo operacional claro, composto pelas etapas de conferência administrativa, planejamento logístico, transporte seguro, entrega, conferência técnica dos materiais e recebimento provisório e definitivo. A contratada deverá assegurar que todos os itens sejam entregues separados por escola, devidamente identificados, embalados e protegidos contra danos físicos e condições inadequadas de manuseio.

Os kits tecnológicos devem ser entregues com todos os componentes organizados, sem avarias, com manuais completos e garantia correspondente. Os materiais impressos deverão chegar intactos, sem amassados, rasuras, falhas de impressão, páginas soltas ou qualquer outro vício que comprometa sua utilização. Assim, o modelo de execução do objeto se baseia em entregas precisas, organizadas e tecnicamente adequadas, preservando a qualidade e integridade do objeto contratado.

28. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

As condições de execução visam garantir que o fornecimento dos materiais ocorra de forma eficiente, segura e conforme o interesse público. A contratada deverá assegurar transporte apropriado, com acondicionamento que evite danos físicos aos livros, boxes pedagógicos, materiais paradidáticos e kits de robótica. A entrega deverá ser realizada por pessoal capacitado, que tenha pleno conhecimento da logística envolvida e da necessidade de preservação da qualidade dos itens.

A contratação exige que os materiais sejam entregues conforme as quantidades estabelecidas, devidamente conferidas e separadas por unidade escolar. Além disso, é responsabilidade da contratada cumprir rigorosamente o prazo estabelecido, sob pena de aplicação de penalidades administrativas. Todos os itens deverão ser novos, originais, em perfeito estado de conservação e livres de qualquer defeito.

As condições de execução incluem ainda a obrigação de substituir imediatamente os materiais que apresentarem divergências ou defeitos, garantindo que o Município receba exatamente o objeto previsto. Os itens tecnológicos devem ser entregues com manuais e orientações de uso em língua portuguesa, contendo especificações claras e compatíveis com o ambiente escolar. Qualquer irregularidade constatada durante a execução deverá ser prontamente corrigida pela contratada.

29. PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega dos materiais deverá ser rigorosamente observado pela contratada e será estabelecido no edital do certame, respeitando a necessidade de disponibilidade tempestiva dos recursos pedagógicos para utilização durante o ano letivo. A entrega deverá ocorrer em prazo suficiente para que as unidades escolares realizem a conferência, organização interna e adequação dos materiais ao planejamento docente.

O prazo, a ser fixado pela Administração, considerará a complexidade logística e a composição dos itens, especialmente no caso dos kits de robótica e módulos tecnológicos que demandam verificação mais aprofundada no recebimento. O cumprimento do prazo constitui obrigação contratual essencial, sendo aplicadas penalidades em caso de atraso não justificado, conforme dispositivos da Lei nº 14.133/2021.

A contratada deverá garantir que o prazo acordado contemple:

- planejamento adequado de transporte e distribuição;
- entrega integral das quantidades previstas em cada escola;
- condições adequadas de acondicionamento e integridade dos materiais;
- tempo suficiente para substituição de itens eventualmente rejeitados no recebimento provisório.

Assim, o prazo de entrega deverá ser cumprido com precisão e responsabilidade, assegurando a continuidade das atividades pedagógicas e o cumprimento das metas educacionais estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

30. PRORROGAÇÃO DO PRAZO

A prorrogação de prazos poderá ocorrer exclusivamente nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada e aprovada pela autoridade competente. A prorrogação não constitui direito subjetivo da contratada, devendo ser considerada apenas quando fatos supervenientes, imprevisíveis ou alheios à sua vontade impossibilitem o cumprimento das obrigações no prazo inicialmente estabelecido. Situações como greves de transportes, intempéries severas, acidentes ou eventos de força maior podem configurar motivo legítimo para análise da prorrogação.

A solicitação deverá ser formalizada pela contratada dentro do prazo de vigência e antes do esgotamento do prazo originalmente pactuado, devendo apresentar justificativas detalhadas, documentos comprobatórios e proposta de novo cronograma de entrega. A Administração avaliará a pertinência, a razoabilidade e a proporcionalidade da prorrogação, assegurando que a medida não prejudique o calendário escolar nem comprometa o interesse público.

A prorrogação, se concedida, deverá ser registrada por meio de termo aditivo, preservando-se as demais cláusulas contratuais e garantindo-se que a qualidade, os padrões técnicos e o objeto contratado permaneçam integralmente assegurados.

31. CONDIÇÕES DE ENTREGA

As condições de entrega dos materiais devem observar rigor técnico e logístico, garantindo a integridade dos produtos e a organização necessária para a adequada distribuição às unidades escolares. A contratada deverá efetuar a entrega em horário comercial, em local indicado pela Secretaria Municipal de Educação, respeitando o planejamento previamente acordado.

Todos os materiais deverão ser entregues devidamente embalados, organizados por escola e identificados de forma clara, evitando extravios, danos ou confusão durante a distribuição interna. Os livros, boxes pedagógicos e materiais paradidáticos devem estar protegidos por embalagens que impeçam umidade, rasgos, deformações ou qualquer avaria física. Os kits de robótica e módulos tecnológicos devem ser entregues com seus componentes completos,

devidamente acondicionados e em caixas originais, acompanhados de manuais técnicos e garantia.

A equipe responsável pelo recebimento realizará conferência detalhada no ato da entrega, verificando quantidade, integridade e conformidade dos materiais. A contratada deverá permanecer disponível durante o processo de conferência para esclarecimentos e ajustes imediatos, assegurando que o recebimento provisório seja concluído com eficiência. Assim, as condições de entrega deverão garantir organização, segurança e total conformidade com o objeto contratado.

32. LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA

Os materiais deverão ser entregues nas unidades escolares ou na sede da Secretaria Municipal de Educação, conforme planejamento logístico definido pela Administração. O local exato será informado previamente à contratada, acompanhando a necessidade de distribuição uniforme e organizada entre as escolas beneficiadas. A entrega deverá ocorrer exclusivamente **em horário comercial**, de segunda a sexta-feira, salvo concordância expressa da Administração para horários diferenciados.

A contratada deve assegurar que o transporte até o local indicado seja realizado de forma cuidadosa e compatível com a natureza dos materiais, evitando danos e preservando sua integridade física. Os motoristas e auxiliares envolvidos na entrega deverão estar cientes das particularidades do objeto, garantindo manuseio adequado e comunicação eficiente com os responsáveis pelo recebimento.

Em caso de entrega em mais de um ponto, a contratada deverá seguir o cronograma determinado pela Secretaria, observando ordem, horários e rotas previamente estabelecidas. Alterações no local, data ou horário poderão ser determinadas pela Administração, desde que comunicadas com antecedência razoável. O não atendimento às condições de local e horário poderá ensejar recusa do recebimento, penalidades e demais medidas legais cabíveis.

33. ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

A execução contratual deverá obedecer a rotinas previamente estruturadas pela Secretaria Municipal de Educação, assegurando que o fornecimento ocorra de maneira organizada, segura e eficiente. A contratada deverá seguir todos os procedimentos operacionais estabelecidos, garantindo a comunicação constante com a equipe responsável pelo recebimento e controle dos materiais. As rotinas envolvem etapas como planejamento logístico, confirmação de cronograma, despacho do material, entrega no local indicado, conferência quantitativa e qualitativa, registro de não conformidades e eventual substituição de itens defeituosos.

A contratada deverá disponibilizar representantes capazes de acompanhar a entrega, prestar esclarecimentos imediatos e responder prontamente a questionamentos da Administração. Caberá à contratada também manter fluxo documental adequado, fornecendo notas fiscais, relatórios de entrega e quaisquer documentos auxiliares necessários para rastreabilidade dos itens. Assim, as rotinas estabelecidas garantem que o processo ocorra com absoluta transparência e aderência aos padrões administrativos do Município.

34. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

Os materiais a serem disponibilizados pela contratada deverão corresponder integralmente às especificações deste Termo de Referência, contemplando livros didáticos, boxes pedagógicos, materiais paradidáticos, kits de robótica educacional e conjuntos tecnológicos completos. Cada item deverá ser disponibilizado de forma organizada, em perfeitas condições de uso, sem avarias, defeitos de fabricação, peças faltantes, falhas de impressão ou qualquer irregularidade que comprometa sua funcionalidade.

Os livros e materiais impressos deverão ser produzidos com papel resistente, impressão de alta nitidez, encadernação de qualidade e conteúdos adequados às exigências pedagógicas. Os kits de robótica educacional deverão ser disponibilizados com todos os seus componentes — peças estruturais, sensores, cabos, atuadores, placas eletrônicas, manuais técnicos e guias de utilização — devidamente acondicionados e protegidos. Os módulos tecnológicos, quando aplicáveis, deverão vir completos, contendo todos os elementos previstos na proposta e aptos a operar conforme descrito pelo fabricante.

A contratada deverá assegurar que todos os materiais sejam novos, originais e provenientes de fabricação regular, vedado o fornecimento de itens reconicionados, usados, de mostruário ou provenientes de substituições não autorizadas. Qualquer item entregue em desacordo com as especificações deverá ser substituído de imediato, sem ônus adicional para a Administração.

35. NOTAS FISCAIS

As notas fiscais emitidas pela contratada deverão refletir fielmente os materiais entregues, contendo a descrição completa dos itens, suas quantidades, valores unitários, valores totais e demais informações exigidas pela legislação tributária vigente. As notas deverão ser eletrônicas, obedecendo aos padrões oficiais da Secretaria da Fazenda e devendo ser apresentadas no momento do recebimento provisório ou conforme orientação da Administração.

A nota fiscal deverá estar acompanhada dos documentos comprobatórios necessários, como relatórios de entrega, listas de itens por escola, certificados de garantia, manuais técnicos e demais documentos que auxiliem a conferência do material. A divergência entre a nota fiscal e os itens efetivamente entregues poderá acarretar recusa da documentação, suspensão do recebimento e impedimento do pagamento até a regularização.

Somente serão autorizados pagamentos para notas fiscais emitidas com a contratada em situação regular perante os cadastros fiscais, previdenciários e trabalhistas exigidos pela legislação e pelo edital. A nota fiscal também funcionará como instrumento de comprovação para auditorias internas e externas, devendo conter informações claras, organizadas e compatíveis com todas as exigências do processo de contratação pública.

36. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

Para elaboração adequada das propostas pelos licitantes, é indispensável que sejam observadas todas as informações técnicas, pedagógicas e operacionais estabelecidas neste Termo de Referência, de modo a assegurar que as empresas compreendam integralmente a complexidade e a composição dos materiais a serem fornecidos. O dimensionamento correto da proposta depende da análise cuidadosa das quantidades previstas, da especificação completa dos

materiais impressos e tecnológicos e das exigências logísticas relativas à entrega em unidades escolares distintas.

Os licitantes deverão considerar, em especial, que a contratação envolve diversos tipos de materiais — livros, boxes pedagógicos, paradidáticos e kits de robótica — cada qual com características específicas de produção, armazenamento, transporte e garantia. Os fornecedores deverão dimensionar suas propostas a partir da análise técnica da planilha de quantidades e valores estimados, assegurando que a produção e entrega ocorram dentro do prazo contratado e com qualidade garantida.

a) Especificações técnicas

As especificações técnicas dos produtos incluem:

- livros didáticos com conteúdo atualizado, impressão de qualidade e acabamento resistente;
- boxes pedagógicos completos, destinados a alunos e professores;
- materiais paradidáticos com conteúdo complementar e linguagem apropriada;
- kits de robótica educacional completos, contendo todos os componentes estruturais, eletrônicos e manuais;
- módulos tecnológicos com componentes robustos e compatíveis com o uso escolar.

Os licitantes devem assegurar que todos os itens atendam às exigências de segurança, certificação, durabilidade e conformidade pedagógica estabelecidas neste documento.

b) Especificação da garantia dos itens

A oferta deverá incluir garantia mínima obrigatória para cada tipo de material, devendo contemplar:

- substituição imediata de livros com defeitos editoriais, como falhas de impressão ou encadernação;
- garantia técnica dos kits de robótica, cobrindo falhas eletrônicas, defeitos estruturais e componentes malformados;
- garantia contra vícios aparentes e ocultos em todos os itens fornecidos.

A garantia deverá ser prestada pelo fornecedor sem qualquer ônus adicional para a Administração, assegurando confiabilidade e segurança no uso dos materiais durante o período de vigência pedagógica.

37. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato será realizada de forma contínua, preventiva e orientada por indicadores de qualidade, garantindo que a execução ocorra dentro dos padrões exigidos pela Administração Pública. O modelo de gestão adotado segue os princípios do planejamento, eficiência e controle previstos na Lei nº 14.133/2021, enfatizando o acompanhamento constante, a verificação do cumprimento das obrigações contratuais e a adoção de medidas corretivas quando necessário.

A gestão do contrato compreenderá o monitoramento periódico das entregas, a análise da conformidade dos materiais, o registro de ocorrências, o acompanhamento de prazos, a verificação da necessidade de substituições e a comunicação direta entre gestor, fiscais e a contratada. O modelo de gestão prevê também a elaboração de relatórios que servirão de base para o recebimento definitivo e para a avaliação de desempenho da contratada.

Para garantir a efetividade da gestão, serão utilizados mecanismos como:

- registros formais de entrega e conferência;
- documentação de não conformidades;
- acompanhamento das garantias previstas;
- comunicação oficial entre as partes;
- aplicação de penalidades em caso de descumprimento.

Assim, o modelo de gestão do contrato assegura transparência, controle e eficiência na execução contratual, protegendo o interesse público e garantindo a qualidade dos materiais entregues.

38. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato será exercida por servidores designados pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei nº 14.133/2021, incumbidos de acompanhar cada etapa da execução, verificar a conformidade técnica dos materiais entregues e reportar irregularidades à autoridade competente. O controle será contínuo e abrangerá a análise da qualidade, integridade, adequação pedagógica e segurança dos itens fornecidos.

Os fiscais atuarão no recebimento provisório e definitivo, registrando eventuais divergências e determinando, quando necessário, a substituição imediata dos materiais. Além disso, caberá ao fiscal verificar o cumprimento dos prazos, das condições de entrega e das rotinas previstas neste Termo de Referência, de modo a garantir que todas as exigências contratuais sejam rigorosamente atendidas.

A fiscalização terá caráter orientativo e corretivo, podendo intervir para evitar falhas na execução e propor medidas necessárias à plena regularidade contratual. Todas as comunicações entre fiscal, gestor e a contratada deverão ser formalizadas, assegurando rastreabilidade, transparência e responsabilidade administrativa. Assim, o controle e a fiscalização garantem a conformidade do objeto, a proteção do erário e o respeito aos princípios da administração pública.

39. FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

A Secretaria Municipal de Educação designará formalmente, por meio de portaria específica, o **Gestor do Contrato** e os **Fiscais Técnico e Administrativo**, conforme previsto nos arts. 117 a 119 da Lei nº 14.133/2021. O gestor será responsável pelo acompanhamento global da execução contratual, atuando como elo direto entre a Administração e a contratada, assegurando o cumprimento das obrigações pactuadas, o atendimento dos prazos e a regularidade documental e operacional.

Os fiscais atuarão de maneira complementar: o **Fiscal Técnico** verificará a qualidade dos materiais entregues, a conformidade com as especificações pedagógicas e tecnológicas e a adequação do objeto ao uso escolar; o **Fiscal Administrativo** conferirá documentos, notas fiscais, prazos, rotinas de entrega e registros de não conformidades. Juntos, gestor e fiscais devem manter comunicação formal e contínua com a contratada, registrando ocorrências, emitindo relatórios e promovendo medidas corretivas quando necessário.

A designação dos fiscais é requisito obrigatório para assegurar controle efetivo, transparência e proteção ao interesse público, conferindo legitimidade e segurança ao processo de execução

contratual.

40. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A execução contratual prevê obrigações específicas tanto para a Administração quanto para a empresa contratada, assegurando equilíbrio, clareza e previsibilidade na relação jurídica.

Obrigações da Contratante

A Administração deverá:

- disponibilizar local e horários adequados para entrega dos materiais;
- realizar a conferência provisória e definitiva dos itens;
- comunicar formalmente divergências, defeitos ou irregularidades;
- emitir atestados de recebimento quando atendidas todas as condições;
- efetuar os pagamentos devidos dentro dos prazos legais e após a regular liquidação;
- fornecer todas as informações e documentos necessários para que a contratada execute o objeto adequadamente.

Obrigações da Contratada

A empresa contratada deverá:

- entregar os materiais exatamente conforme as especificações técnicas, quantidades e prazos previstos;
- apresentar notas fiscais compatíveis com os itens fornecidos;
- substituir imediatamente materiais defeituosos, incompletos ou divergentes;
- garantir a integridade física, a segurança e a durabilidade dos produtos;
- manter regularidade fiscal e trabalhista durante toda a execução contratual;
- observar todas as normas de segurança, certificação e qualidade;
- atender às solicitações formais da Administração e colaborar com o processo de fiscalização.

As obrigações recíprocas aqui descritas asseguram que o contrato seja executado com equilíbrio, eficiência e respeito aos princípios administrativos.

41. SANÇÕES

Em caso de descumprimento parcial ou total das obrigações assumidas, poderão ser aplicadas à contratada as sanções previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, de forma proporcional à gravidade da infração. As sanções têm natureza pedagógica, disciplinadora e punitiva, garantido que a Administração possa resguardar o interesse público e assegurar cumprimento integral do contrato.

Entre as sanções possíveis estão:

- **Advertência**, quando a infração for de menor relevância e não causar prejuízo significativo;
- **Multa**, aplicada nos percentuais previstos no edital e no contrato, podendo incidir por atraso, entrega parcial, divergência técnica ou reincidência;
- **Impedimento de licitar e contratar com o Município**, pelo prazo previsto em lei, nos casos de infrações graves;
- **Declaração de inidoneidade**, nos casos de condutas que atentem contra a probidade administrativa ou causem grave prejuízo ao erário.

A aplicação das penalidades deverá respeitar o devido processo administrativo, assegurando contraditório, ampla defesa e motivação adequada. A imposição de sanções não impede a Administração de exigir reparação por perdas e danos, substituição de materiais defeituosos ou adoção de medidas adicionais necessárias à proteção do interesse público.

42. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

Qualquer alteração subjetiva relativa à titularidade da empresa contratada, incluindo fusão, cisão, incorporação ou transferência de controle societário, somente será permitida mediante análise prévia da Administração e desde que tal modificação **não prejudique a execução contratual nem altere a capacidade técnica, operacional e econômica originalmente apresentada no certame**. A alteração subjetiva deverá ser previamente comunicada e devidamente comprovada mediante documentação oficial, garantindo que a empresa resultante da modificação atenda integralmente às exigências editalícias e legais.

A Administração poderá recusar a alteração subjetiva caso entenda que a nova estrutura societária compromete a estabilidade, confiabilidade ou capacidade de execução do objeto contratado. Caso aprovada, a alteração deverá ser formalizada em termo aditivo específico, assegurando continuidade da execução e preservação do interesse público.

43. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

Os itens previstos neste Termo de Referência classificam-se como **bens e serviços comuns**, conforme entendimento disposto no art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, amplamente disponíveis no mercado e com especificações usuais no setor educacional. Livros, materiais pedagógicos, kits de robótica educacional e módulos tecnológicos destinados ao ensino têm características padronizadas, o que possibilita competição ampla e utilização do **Pregão Eletrônico como modalidade adequada**, atendendo ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa.

A classificação como bens comuns reforça a adoção de critérios objetivos, competitivos e transparentes no processo licitatório, permitindo julgamento por menor preço por lote único e garantindo equilíbrio entre economicidade e qualidade pedagógica.

44. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

A execução contratual deverá observar integralmente os preceitos da **Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018)**, especialmente nos aspectos que envolvem o tratamento de dados pessoais eventualmente acessados pela contratada durante a execução do objeto. Embora o objeto principal seja o fornecimento de materiais, poderão existir interações administrativas que envolvam dados de servidores, setores responsáveis, contatos técnicos ou informações associadas ao controle interno.

A contratada deverá manter absoluta confidencialidade sobre quaisquer dados pessoais acessados, vedada sua utilização para fins diversos da execução contratual. A empresa deve garantir que seus colaboradores cumpram as normas de proteção de dados, adotando medidas de segurança da informação, preservando integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações.

Havendo incidente de segurança, a contratada deverá comunicar imediatamente à Administração, adotando medidas corretivas cabíveis. O descumprimento da LGPD poderá ensejar penalidades contratuais, legais e administrativas, sem prejuízo das demais responsabilidades civis aplicáveis.

45. CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

A contratada deverá cumprir rigorosamente todas as disposições da **Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)**, da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos relacionados à ética, integridade e probidade na Administração Pública. Fica expressamente vedado à contratada, seus representantes ou prepostos, oferecer, prometer, conceder ou autorizar vantagem indevida a agentes públicos ou a terceiros, bem como praticar qualquer ato que possa configurar fraude, conluio, manipulação competitiva ou violação aos princípios da Administração Pública.

Caso seja comprovada qualquer conduta enquadrada como ato de corrupção, fraude ou ilícito administrativo, o contrato poderá ser imediatamente rescindido, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis. A contratada declara, ao firmar o contrato, que possui políticas internas de integridade ou que se compromete a observar rigorosamente os padrões éticos exigidos no setor público.

46. DISPOSIÇÕES FINAIS

Todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência deverão ser rigorosamente observadas durante a execução contratual, constituindo parte integrante e indissociável do processo licitatório. Casos omissos serão resolvidos pela Administração com base na legislação vigente, nos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e supremacia do interesse público.

O Termo de Referência servirá como documento orientador para elaboração do edital, instrução do processo licitatório, julgamento das propostas, gestão e fiscalização contratual. A Administração poderá emitir esclarecimentos, ajustes ou complementações, desde que não alterem a essência do objeto nem comprometam a isonomia entre os licitantes.

O presente documento foi elaborado conforme as melhores práticas administrativas e técnicas, atendendo ao que dispõe a Lei nº 14.133/2021, a jurisprudência dos Tribunais de Contas e os padrões adotados no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Estreito/MA.

Estreito/MA, 07 de janeiro de 2026.

RESPONSÁVEL PELA CONFEÇÃO DO T. R.	AUTORIDADE COMPETENTE
TAIS BUENO DA SILVA RODRIGUES Secretaria Municipal Adjunta de Educação Portaria nº 449/2025	Autorizo na forma da lei em: ____/____/2026 FRANCISCA LIMA BARROS Secretária Municipal de Educação Portaria nº 014/2025